



PODE A HISTÓRIA FALAR A VERDADE? MICROHISTÓRIA E METAHISTÓRIA NOS DEBATES OSBRE VERDADES

CAN HISTORY AN HAN HISTORY TELL THE TRUTH? MICRHOHISTORY AND METAHISTORY IN THE DEBATES ABOUT TRUTH

Daniel da Silva Klein*

Resumo: O texto a seguir elabora uma proposta de interpretação historiográfica a partir da leitura de autores da microhistória, sugerindo que é possível a história ter acesso às verdades dos contextos que estuda. Nesse sentido, abre um debate com a metahistória, enfrentando, para tanto, a noção de que a história como discurso não pode saber aquilo que se passou. Defende-se o ofício do historiador que deve lidar com a parcialidade, intencionalidades e limites das fontes que estuda.

Palavras-chave: microhistória, metahistória e verdade.

Abstract: The following text elaborates a proposal of historiography interpretation from the Reading of authors of the microhistory, suggesting that it is possible for history to have access to the truths of the contexts it studies. In this sense, it opens a debate with metahistory, confronting both the notion that history and discourse can not know what has happened. It is defended the office of the historian who must deal with the partiality, intentionalities and limits of the sources that he studies.

Keywords: microhistory, metahistory and truth.

Um método de interpretação generativo.

A partir do final da década de 1970, um grupo de historiadores começou a reforçar uma interpretação mais ou menos corrente de que os indivíduos socialmente organizados é que constroem os contextos em que vivem. Esse modo de pensar o social pode ser encontrado em pelo menos alguns autores que escreveram obras seminais na primeira metade do século XX, mas que mesmo assim permaneceram durante um longo período marginalizados¹.

Debruçando-se sobre estudos variados, essa corrente procurava reconfigurar um debate sobre a relação sempre problemática entre o geral e o particular na historiografia, melhor dizendo, entre indivíduos e seus contextos. Um exemplo disso aparece nas indagações levantadas por Giovanni Levi, onde afirma que a história é a ciência das perguntas gerais com

* Graduado em História (2006) e mestre em Letras (2010), ambos pela Universidade Federal do Acre, onde é docente da área de História desde 2009. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2013).

¹ Pensamos aqui em dois autores específicos, Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin, que foram perseguidos, marginalizados, mas trabalharam profundamente o termo experiência tanto no âmbito dos indivíduos quanto na sociedade.



respostas locais. Para ele, é impraticável, por exemplo, a pergunta ‘o quê é o fascismo?’ quando há uma resposta genérica, porque há fascismos na Itália, Portugal ou Espanha, ou seja, cabe um enfoque sobre o geral que se configura como perguntas e não como respostas, tendo em vista que estas são particularizadas (LEVI, 2014, p. 1).

Essa observação vem de uma constatação simples, de que cada trajetória de vida de uma pessoa é individual, não havendo uma tipicidade ou generalização que as abarque sem cometer equívocos que apaguem ações contribuintes, por mínimas que sejam. A pergunta geral pode ser entendida também como uma das possibilidades de articulação do particular com algum contexto mais geral, onde não se corre o risco de se adotar uma perspectiva que trate ou do individual ou do geral por si mesmos. Mas como as pessoas se organizam em sociedade, cabe ao historiador pensar, portanto, como os contextos são construídos e é aqui que Levi parte para um diálogo com a antropologia.

Esse é feito dentro de uma leitura do debate existente entre Clifford Geertz e Fredrik Barth acerca das regras das organizações sociais de Bali². A questão é que o referencial weberiano do primeiro foi lido pelo segundo como um passo dado em prol de uma generalização, melhor dizendo, uma abstração normativa para tentar compreender regras de um lugar específico. Levi diz que Barth pesquisou em Bali cerca de vinte anos depois do aparecimento da obra de Geertz, mas não encontrou lá muitas referências do que havia sido dito. Segundo ele:

Por quê depois de vinte anos houve essa discrepância? Porque Geertz trabalhava procurando a normativa geral do lugar; Barth buscava a dinâmica, perguntas gerais que produzissem respostas locais, o que Barth tem chamado de modelos generativos. As perguntas gerais provavam respostas infinitas, ele dizia, e nós devemos ver algo na situação local que nos sugira uma pergunta generativa geral (LEVI, 2014, p. 3).

O diálogo proposto pelo historiador italiano é justamente com o método interpretativo de Barth, que prevê uma leitura generativa das sociedades. O antropólogo norueguês consolidou suas teorizações em uma introdução famosa para um livro organizado por ele chamado *Grupos étnicos e suas fronteiras*, lançado pela primeira vez em 1969. Ali, a grande tese do autor é de que os grupos étnicos são formados dentro de processos sociais de exclusão e incorporação, onde as trocas dependem dos cursos das histórias individuais das pessoas que

² Esses dois autores pesquisaram populações dessa ilha asiática, participando de um debate teórico e metodológico que não se limitou ao campo antropológico, mas que afetou as ciências humanas como um todo, sobretudo Geertz e sua noção de descrição densa.



participam dessas comunidades (BARTH, 1976, p. 10). Alguns, como o pesquisador argentino Diego Villar, procuram refutar essas ideias simples com certa impaciência, lembrando que “A obra do norueguês é, inteira, uma invocação ao ator racional, uma defesa das razões e dos contextos de sua ação” (VILLAR, 2004, p. 181).

As colocações de Barth encontram-se com alguns dos pressupostos de determinados autores da chamada microhistória e Carlo Ginzburg diz que aquilo que unifica programaticamente as pesquisas desses historiadores é que todos perseguem no contexto, ou seja, em saber como ele se constrói ao longo do tempo (GINZBURG, 2007, p. 276). Nesse debate operado com a antropologia generativa o que se coloca a saber é: como as ações dos indivíduos vão se juntando, modificando o meio social em que vivem, somando-se com outros grupos em redes que se ampliam na composição de contextos partindo do local e se generalizando, modificando-se ao longo do tempo e espaço. Tudo o que se passa aí, portanto, se torna pessoal como por exemplo as relações de poder, o alcance que cada uma possui e suas capacidades de alterar significativamente essas relações.

Uma das questões no debate historiográfico é que nenhuma corrente está imune às críticas. Por mais que o método proposto pela microhistória seja sedutor, no cenário de hoje ele tem um forte opositor vindo principalmente da chamada metahistória (ou história cultural, pós-moderna ou modernista, enfim³), que questiona tanto a capacidade dos historiadores em saber como se dá a construção de um determinado contexto quanto sua interpretação sobre ele.

O saber como as coisas de fato aconteceram.

Para os historiadores vinculados com a metahistória, o problema central é que a historiografia ao se constituir como um discurso não consegue atingir a verdade daquilo que se passou. Eles ainda se prendem às proposições atribuídas a Leopold Von Ranke de que o estudo adequado de um contexto é saber aquilo que de fato se passou, transpondo para o texto uma interpretação neutra, segura e o mais direta possível. Podemos traduzir para esse espaço a observação que Michel Löwy fez acerca de Max Weber, de que ele pretendia que as ciências humanas fossem tão cientificamente rigorosas, que suas demonstrações deveriam ser metodicamente corretas e reconhecidas como exatas até por um chinês (LÖWY, 2000, p. 38).

³ Lembramos que esses termos são históricos, não possuem um centro denominador comum, mas são aqui direcionados aos autores que dialogam com Hayden White.



A crítica da metahistória sugere então que a historiografia hoje ainda se orienta por esses preceitos cientificistas do século XIX, quando no fundo são eles próprios que esperam por uma revolução copernicana da história. Alun Munslow se pergunta com certa angústia se os historiadores são mesmo capazes de recontar a narrativa como ela realmente se passou ou se eles impõem suas estórias sobre as evidências do passado, frisando que “a *realidade* do passado é um relato escrito, mais do que o passado *como ele realmente foi*” (MUNSLow, 2009, pp. 11-12).

O passado para Munslow existiu de fato e seu horizonte é que um dia poderá ser contado como realmente se passou, mas por hora a realidade é somente um relato que pretende falar do que aconteceu e que não começou atingir esse objetivo. Daniel Woolf chega a ser enfático ao maiuscular a palavra ‘História’ para se referir ao passado como de fato foi e minuscular ela para descrevê-la como

o conjunto de formas literárias (e não literárias) que *contém* pensamentos ou enunciados sobre o passado, *um modo de pensar sobre o passado* como um conjunto de eventos que ocorreu em tempo real e, nos tempos modernos, uma *disciplina* profissional (WOOLF, 2014, p. 27).

Ele entende que a historiografia é uma profissão que utiliza de seu poder para enquadrar o passado em uma formação discursiva específica, que ao longo dos séculos sobrepujou outras e se tornou dominante. Podemos dizer que a infelicidade, para Woolf, é que a profissão dos historiadores se coloca como um arremedo de ciência, sendo muito mais um discurso que justifica uma carreira profissional.

Hayden White também acredita que há um passado, onde os eventos realmente acontecem (WHITE, 1991, p. 15). Usa, nesse sentido, uma distinção corrente de que eventos são as coisas que já se passaram e fatos as narrações feitas deles, sendo o desenrolar desses o objeto dos historiadores, que são incapazes de saber o que realmente se passou. Sendo incapazes de compreender esse passado tal como se deu, os historiadores se perdem em narrações relativistas. Acusa Benedetto Croce, por exemplo, de ser um relativista porque defende que a história depende da narrativa e que a historiografia se perde em análises, introduzindo nos acontecimentos as visões dos historiadores deturpando o saber acerca do passado (WHITE, 1992, pp. 20-21).

Trata-se de uma crítica generalista e que transpõe para os debates da historiografia contemporânea problemas que seriam discutidos há mais de um século, escondendo por outro lado os seus objetivos, de que a metahistória almeja para a história enquanto disciplina o



status de uma ciência objetiva. Através de Munslow fica-se sabendo do que a historiografia está desprovida para adquirir essa cientificidade:

A história não pode alegar possuir uma cientificidade rigorosa no mesmo sentido que compreendemos que as ciências físicas possuem, porque ela não compartilha o mesmo protocolo de verificação de hipóteses, não emprega o raciocínio dedutivo e nem é um processo experimental e objetivo de produção de fatos incontestáveis (MUNSLOW, 2009, p. 13).

Para ele a ciência deve possuir um protocolo de verificação das hipóteses ancorado na dedução e no processo experimental, para que assim as leis sejam conhecidas em seu inteiro teor. O ápice dessas ciências é que são capazes de chegar a conclusões incontestáveis, ou seja, são dotadas de uma autoridade que Munslow coteja elogiosamente com certa excitação. Ali podemos ler a pergunta subentendida: será que a história terá capacidade de produzir esses fatos?

A problemática é que hoje esse projeto é irrealizável, como afirma Hayden White, tendo em vista que a metodologia histórica para investigar o passado e o discurso daí proveniente permanecem livres, não submetidos a nenhum constrangimento. White espera porém “que a revolução copernicana ocorra” na historiografia, porque assim ela terá o mesmo sucesso das ciências físicas em controlar seu objeto de estudo, no caso o passado como de fato foi. Mas,

os estudos históricos nunca tiveram uma revolução copernicana semelhante à que fundou as ciências físicas. É apenas o prestígio das próprias ciências físicas, baseado em seu sucesso em prover a humanidade moderna de um controle sobre a natureza antes apenas sonhado, que inspira o esforço em aplicar seus princípios de descrição, análise e explicação à história (WHITE, 1991, p. 30).

Esse plano de controle hoje é falho, impreciso e mergulhado na matriz da história enquanto discurso e por essa definição subjetiva a disciplina está condenada a sonhar com os princípios das ciências físicas. A objetividade da história foi literalmente roubada pelos historiadores, já que colocam a todo momento nas suas narrativas formulações de juízos moralizantes, ou seja, para White, foram eles quem converteram a narratividade objetiva em um discurso de valores (WHITE, 1992, p. 38).

Os historiadores não controlam o passado como de fato foi porque a transubstanciação da narrativa objetiva em um discurso de valor pressupõe literalmente a invenção, onde cada um tem uma versão sobre o que se sucedeu. Não há um processo de explicação unificada, que seja compartilhada por todos (WHITE, 1992, p. 67). Seu sonho hipoteticamente falando é que



sobre a Idade Média os historiadores tivessem uma única versão sobre as gestas reais, o cotidiano dos servos ou os afazeres da igreja católica tal como os matemáticos têm para os seus cálculos, os físicos para a velocidade da luz ou os engenhos para construir casas.

O objeto de estudo da história também é inferior ao das ciências físicas, pois não se diferencia de seu entorno, desprovido de autonomia e para piorar essa situação os historiadores não consideram que os homens são capazes de superar essa contextualização cultural em que vivem (WHITE, 1992, p. 77). Mas White (e talvez seus pares como Munslow, Woolf e Ankersmit compartilhem dessa crença) acredita que o ser humano tenha sim um impulso natural, uma lei capaz de abrir um leque onde seria possível aos historiadores se debruçarem sobre um conjunto de documentos objetivos, que demonstrassem verdades universais e capazes de serem conhecidas por um conhecimento irrefutável. Esse impulso é a narratividade, que faz parte da natureza cultural da humanidade. A questão é que os historiadores não conseguem captar o real sentido dessa predisposição (WHITE, 1980, p. 6).

F.R. Ankersmit parece não se aperceber desses objetivos almejados por aqueles que denomina de pós-modernos, pois eles estariam por fora ou acima das ciências demonstrando antes de tudo uma indiferença por elas. Diz que a atenção pós-moderna está focada no funcionamento da ciência e da informação científica em si (ANKERSMIT, 2001, p. 118).

Ankersmit tem razão, porém, quando afirma que os pós-modernos estão focados nas ciências em si mesmas, nesse recorte abstrato de um objeto fechado em seu próprio mundo (como se isso fosse possível). White pretende estudar a historiografia encerrada nela própria, como um discurso auto referente, tal como a linguística faz com a língua. Isolando a língua em modelos genéricos, ela criou metodologias que se pretendem objetivas, aos moldes das ciências físicas.

É sabido que a linguística, enquanto disciplina, parte de um objeto que é ele mesmo uma abstração, a língua culta. Capaz de ser esquadrihada pela gramática, oferece nesse sentido leis objetivas, portanto incontestáveis. Ao estudarem a historiografia como um discurso White, Munslow, Ankersmit e Woolf chegam a conclusões finalistas tal como os linguistas e encontram leis que são imunes às críticas.

Todos eles leem linguística através do filtro de autores como Roland Barthes, que inspira-se nos ensinamentos de Roman Jákobson. O estudioso francês diz que a linguagem é uma legislação, ou melhor, uma regra de orientação da língua. Esta é o código de conduta porque classifica, logo, oprime. Mas ‘A língua, como desempenho de toda linguagem, não é



nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer' (BARTHES, 2007, p. 14). Podemos reutilizar esses termos para traduzir as observações da metahistória, posto que a história como discurso é antes de tudo um código que justifica uma profissão, o trabalho dos historiadores e não a descoberta do passado, ou seja, a história seria nesse sentido a língua, o meio de comunicação da linguagem.

Podemos ler a operacionalização disso no livro *O beijo de Lamourette* de Robert Darton. Ali o autor questiona o discurso do jornalismo utilizando os referenciais da metahistória, verificando que é estrutural, coercitivo, sistêmico e impessoal, tal como a língua, melhor, com aquela obra não pretendia 'denunciar ninguém, porque o problema é sistêmico, e não uma questão de conspiração entre os donos dos meios de comunicação' (DARTON, 2010, pp. 14-15).

O modo como ele percebe o jornalismo é similar àquele que a metahistória enxerga a história, como um discurso objetivo que existe em si mesmo e que pode ser esquadrihado pela linguística. O dilema é: como que através da crítica metahistoriográfica seria possível transformar esse discurso em uma prática científica?

Bom, a resposta está em aberto. O que chama a atenção também é que nesse trecho compreende-se como esses autores negam à história seu papel de crítica, pois ao dizerem que um discurso é tão coercitivo ao ponto de retirarem dos indivíduos suas intenções, as relações sociais sejam quais forem viram mero resultado. Enquadram pessoas como sujeitos e suas ações perdem qualquer tipo de responsabilidade.

Dentro desse esquema, o mais refinado tipo de análise linguística da historiografia encontra-se em Daniel Woolf, que a encara como um ato de comunicação que envolve autores, leitores e o conteúdo narrado. Em suas palavras:

Faríamos bem lembrar o seguinte: a história é um ato de comunicação (agora, geralmente, verbal e gráfico, mas, como veremos, às vezes através de outros meios) entre um autor/narrador e um leitor/público; e o verdadeiro valor de qualquer enunciado sobre o passado é determinado não somente *pele que* está contido em um texto ou relato, mas em *como* os historiadores acreditam que um público vai reagir a ele, e como, de fato, esse público, na verdade, reage (WOOLF, 2014., p. 27).

O autor introduz algo para além do estudo da historiografia em si mesma e parte para uma proposta metodológica preocupada com a maneira que seus conteúdos são produzidos, o efeito que eles pretensamente carregam e as leituras possíveis dentro de um esquema discursivo de doutrinação disciplinar. Esse refinamento supera o pretenso objetivismo



abstrato, que busca leis incontestes, e cai no subjetivismo descritivo tão propagado por Robert Darton, que abordaremos logo a seguir.

De todo modo esses autores concordam em um ponto: a historiografia não está no mesmo pedestal que a biologia, medicina, química, engenharia e etc, por isso ela não possui o mesmo status de ciência e compartilha seus conhecimentos com a literatura e sem sua revolução copernicana, deve se resignar nessa condição. Acreditamos que essa é uma constatação melancólica, porque a história não é uma ciência, não explica e nem mesmo tem método. Ou melhor, usando aqui os termos de Paul Veyne, ela não existe (VEYNE, 1995, p. 7). Disso se deduz que o conhecimento que produz não é de sua propriedade, nem muito menos lhe é original. Melhor então enfatizar o fato de que

a informação sobre o passado não é em si mesma especificamente *histórica*, da mesma forma como o conhecimento baseado nesse tipo de informação tampouco é em si mesmo especificamente *histórico*. Essa informação poderia ser melhor chamada de "arquivística", na medida em que pode servir como objeto de qualquer disciplina simplesmente ao ser tomada como assunto das práticas discursivas distintas dessa disciplina (WHITE, 1991, p. 22).

Caminhando sem lenço nem documento, a historiografia se vê na encruzilhada de escrever conhecimentos vulgares, comuns a toda a sorte de apropriações, onde nada do que produz é singular e não de sua propriedade. Essa crítica da metahistória, ou seja lá o rotulo que lhe caiba melhor, tem no fundo alguma razão, já que na própria microhistória ainda existem aqueles que creem ser possível saber do passado como de fato foi. Giovanni Levi, por exemplo, explica, nesse sentido, que os historiadores tem muita fantasia porque possuem um inimigo oculto fundamental:

os documentos, que sempre são falsos, por dois motivos. Primeiro, os documentos sempre são parciais. Também, se temos montes de documentos sobre algo, temos só fragmentos – um monte de fragmentos. Os documentos sugerem que nós sabemos o que é necessário saber, mas mentem por sua parcialidade. Sempre! A segunda razão é que os documentos se produzem quando há ação e decisão; caso contrário, por que fazê-los? (LEVI, 2014, p. 10).

O pecado dos documentos, as fontes para o trabalho do historiador, é que eles não falam do passado como de fato foi. São parciais, pior ainda, inventam e servem a propósitos específicos orientados por um tipo de ação, ou seja, trazem também interpretações que maculam um possível retrato fidedigno. Carlo Ginzburg sugere, nas entrelinhas de seu trabalho, que os documentos não trazem de fato o acontecido em sua totalidade, porque os



historiadores devem se confrontar sempre com anomalias nas séries documentais que estuda (GINZBURG, 2007, p. 262).

Os documentos não falam daquilo que de fato aconteceu. Essa afirmativa chega a ser trivial, tendo em vista que eles nos contam algo sobre os contextos em que foram produzidos e é aí que reside o valor daquilo que tratam, seja qual assunto for. Se inventam, a análise deve ser sobre a verdade que está contida nessa mentira, assim como na sua omissão ou qualquer outra intencionalidade impressa nas fontes. O que se levanta é que eles nos relatam aspectos parciais, por vezes dispersos, da construção social de um determinado tempo estudado e essas limitações não impedem sabermos as verdades de um dado passado. Exemplo disso podemos ter através das denúncias de algumas meninas abusadas sexualmente na cidade de Rio Branco, Acre. Uma delas foi Sebastiana Rodrigues Barbosa, de quinze anos e que em 1953 denunciou na justiça através de sua mãe o rapaz João Pereira Damasceno.

A denunciante dizia que mantinha um relacionamento com o acusado e que este lhe prometia casamento, mundos e fundos para que assim pudessem ter um ato sexual. Ela consentiu, mas logo em seguida o referido deu no pé e sumiu da vida da menor. Abandonada, procurou a delegacia e abriu um inquérito sobre corrupção de menores dentro do que preconizava o artigo 218 do código penal de então (Processo 4060, fl. 05)

O processo se desenvolve e em 30 de novembro o juiz Mauricio Guimarães despacha a sentença final, afirmando que ao longo da peça foram ouvidas quatro testemunhas, divididas em partes iguais para acusação e defesa. Após discorrer sobre seus referenciais jurídicos, afirma que

Constitui ponto nevrálgico nos casos de sedução saber se o consentimento da vítima foi dado por inexperiência ou justificada confiança. A leitura dos autos leva-nos a negativa. A sedizente ofendida não é e nem se pode dizer uma mulher inexperiente. Assim como também será temeridade afirmar tenha ela se entregue ao seu sedutor por justificada confiança. Os depoimentos desfazem tanto uma como outra (Processo 4060, fl. 85).

Dito isso, resta a ele despachar pela absolvição do acusado. A menor foi transformada em mulher, as promessas envolvidas em um namoro diluídas na retórica para descrever os desejos sexuais da suposta vítima em querer manter relações sexuais e as testemunhas de defesa, simplesmente ignoradas.

No rigor da ciência objetiva não é possível saber se a menor Sebastiana Barbosa de fato passou por uma corrupção ilegal. O abuso que ela sofreu não deixou marcas físicas



visíveis, então como saber que falava a verdade? Justamente nos silêncios das fontes, na adjetivação pejorativa dos depoimentos em desfavor da menor e na entonação presente no despacho do juiz, que deixa claro sua opção em adotar um certo compromisso de gênero.

A verdade aí é verificável na análise da construção do contexto de abuso experimentado por Sebastiana. A rigor esse acontecimento produziu vários pontos de vista, mas os instrumentos da tradição historiográfica permitem compreender quem está falando a verdade e quem não está. Sabe-se que nem toda pesquisa em história vai se debruçar sobre o problema da verdade, mas elas devem lidar com a questão de que toda fonte oferece sim aspectos verdadeiros do passado, já que tratam de uma parte da feitura da realidade estudada.

Mesmo acreditando bem lá no fundo do baú que há uma verdade que de fato aconteceu, a microhistória oferta uma resposta metodológica às questões colocadas pela metahistória ao fugir das abstrações discursivas e centrar-se nas contextualizações ao longo do tempo. Nesse sentido, a historiografia pode sim produzir um conhecimento válido, sabendo que a realidade é dependente de cada contexto e através de sua análise podemos ter acesso a lampejos dela.

Qual a verdade de tudo isso?

O caráter hesitante do trabalho historiográfico não lhe retira a capacidade de conhecimento de um contexto. Analisando o trabalho de Natalie Zamon Davis, Carlo Ginzburg explica que ela não teve fontes para contar toda a trajetória de Martin Guerre, tendo que lidar com um laboratório historiográfico para compor sua narrativa. Por conta da natureza de seu ofício, o historiador não tem os meios para realizar experimentos no sentido estrito do termo, porque os fenômenos que estuda são irreversíveis, mas vale a metáfora para caracterizar justamente seu trabalho (GINZBURG, 2007, p. 312), que é um ofício perigoso, porque perambula à beira da falésia ao abordar a relação entre discurso e práticas sociais (CHARTIER, 2002, p. 07).

Quando a crítica metahistórica diz que a história não pode saber o que de fato se passou, parte de uma generalização que via de regra não se aplica ao quadro experimental hora proposto. O método generativo explica que a verdade da história está em seu contexto, que só é acessível através de fragmentos, pedaços recortados em fontes parciais que falam de aspectos das ações dos indivíduos que as produziram. Dessa forma,



a verdade histórica é sempre parcial. Nós não podemos dizer quem é Carlos V. É impossível. Podemos nos aproximar da verdade. Nossa atividade é sempre trabalhar sobre verdades parciais. O fato de que, a cada ano, possam aparecer 50 livros sobre Carlos V não significa que 49 são estúpidos e 1 é inteligente. Significa que cada um procura uma nova perspectiva sobre ele (LEVI, 2014, p. 4).

A validade do conhecimento historiográfico reside portanto em sua parcialidade, tendo em vista que sua base são esses fragmentos de ações que sempre podem ser revistas. Reconhecer que os contextos dão suporte a várias perspectivas é algo bem diferente daquele que sobre ele existam interpretações equivalentes, sendo esse o ponto crucial de cisão com a metahistória.

Aquilo que parece ser uma constatação trivial para o trabalho do historiador, de que sobre algo que se passou existem vários pontos de vista, para a metahistória esse aspecto é primordial. Para Daniela Kern, a narrativa metahistórica parte mesmo desse pressuposto que não é apenas aceitável, mas desejável (KERN, 2010, p. 285). O problema dessa visão é que ela cai perigosamente na equivalência dos discursos o que leva a uma interpretação delicada, de relativismo pretensamente científico que se orienta por uma posição política questionável.

Carlo Ginzburg verificou que Hayden White se declara um relativista convicto, ao se colocar contrário a qualquer tipo de revolução, sejam as de cima quanto as de baixo. Esse *modus operante* de encarar a política faz com que White possua, outrossim, um ceticismo epistemológico (GINZBURG, 2007, p. 223/224). Acrescentamos que essa postura que se pretende cientificamente cética esconde na verdade algo muito pior, o flerte com o nazismo tal como fez Faurisson. Mais uma vez com Ginzburg:

Mas a noção de ‘mentira’, por implicar conceitos como ‘realidade’ e ‘provas’, deixa White num embaraço evidente. Prova-o este trecho singularmente equivocados: ‘A distinção entre uma mentira ou um erro e uma interpretação errônea pode ser mais difícil de rastrear quando lidamos com acontecimentos históricos menos amplamente documentados do Holocausto’. Na verdade, também neste último caso, White não consegue aceitar as conclusões de Vidal-Naquet. White sustenta que há uma grande diferença ‘entre uma interpretação que ‘transformaria profundamente a realidade do massacre’ e uma interpretação que não teria alcançado um resultado do gênero. A interpretação israelense deixa intacta a ‘realidade’ do acontecimento, enquanto a interpretação revisionista o desrealiza, redescrivendo-o de tal modo que faz dele uma coisa diferente daquilo que as vítimas sabem do Holocausto’. A interpretação histórica do Holocausto fornecida pelos sionistas, diz White, não é uma *contre-vérité* (como havia sugerido Vidal-Naquet), mas uma verdade: ‘Sua verdade, como interpretação histórica, consiste precisamente na sua *eficácia* em justificar uma ampla gama dos atuais comportamentos políticos de Israel, que, do



ponto de vista dos que os formularam, são essenciais não apenas para a segurança, como para a própria existência do povo judeu'. De modo análogo, 'os esforços do povo palestino em dar vida a uma resposta politicamente *eficaz*, provida de uma interpretação da própria história dotada de um significado hoje ausente'. Podemos concluir que, se a narração de Faurisson se tornasse *eficaz*, White não hesitaria em considerá-la verdadeira (GINZBURG, 2007, pp. 225/226).

Como a metahistória nega contundentemente o acesso à verdade pela historiografia, ela não tem base para analisar e avaliar o passado. Nesse sentido, como avaliar o nazismo, o imperialismo de Israel ou os abusos sexuais em uma capital da Amazônia brasileira na década de 1950? Adotando o conceito de eficácia narrativa, haja vista que uma versão da história pode causar mais comoção que outras. Então a verdade aí é mais um efeito discursivo de condescendência por parte dos leitores emocionados com alguma narrativa eficaz.

Essa proposição retira do debate historiográfico sua capacidade de compreender os contextos e de elaborar críticas sobre os mesmos, além de esconderem sob os argumentos teóricos visões políticas questionáveis, que flertam com um elogio velado ao nazismo e seus congêneres, já que se negam a assumir qualquer tipo de posicionamento. Ginzburg lembra ainda que White rejeita a noção de que a documentação histórica contenha qualquer tipo de elemento que permita construir seu significado em um sentido e não num outro, sugerindo que devemos evitar um sentimentalismo que levaria rechaçar qualquer concepção historiográfica só porque ela foi associada às ideologias fascistas por exemplo (GINZBURG, 2007, p. 225).

Retomando aqui o caso de abuso da menor Sebastiana Barbosa. Se lêssemos o despacho do juiz Mauricio Guimarães sob os auspícios da metahistória afirmaríamos que esse foi mais um caso em que o efeito de uma narrativa se mostrou mais eficaz, ou seja, a versão do agressor foi contundente em inocentá-lo. Como negaríamos o acesso ao teor do que se passou, já que a vítima e o agressor possuem versões equivalentes sobre o ocorrido, permaneceríamos com essa análise que é limitada apenas a constatar a validade de posições. Todo o conteúdo de convivência com as violências de gênero, compromissos velados e outras problemáticas ficariam de fora, já que a historiografia não teria condições de elaborar qualquer análise crítica sobre esse caso.

O debate da metahistória tem portanto o objetivo de valorizar uma perspectiva de ciência conservadora e, principalmente, uma política de direita soterrada nas entrelinhas de textos e mais textos aparentemente livres de coerções ideológicas. Além de partirem do



pressuposto de que existam pontos de vista que se equivalem e que aspectos da verdade estão ligados ao efeito comovente de uma narrativa (e não do conteúdo real experimentado por alguém), a metahistória se assegura de termos interpretativos que são montados a priori, dados antes mesmo da pesquisa através de generalizações que beiram a abstração.

Aos contextos então

Daniel Woolf explica que a metahistória de Hayden White não mistura a literatura e seus objetos inventados com a história, que descreve os eventos reais, ou seja, ficção e historiografia não são a mesma coisa, posto que esta não pode compor documentos e figuras como personagens de romances. Nos informa que seu método pretende ‘dissolver algumas suposições essenciais que sustentam a distinção entre ficção e história por séculos’ (WOOLF, 2014, p. 524). Não sendo construtivista, essa perspectiva então trata o contexto como texto em si mesmo, ou melhor, como ponto de fusão de discursos e o referencial parte de um quadro já conhecido. Podemos utilizar aqui das palavras de Giovanni Levi na crítica que faz a Robert Darton, de que em resumo esse caligrafismo adota uma filosofia da história fechada, onde tudo é discurso e está presa em um círculo vicioso (LEVI, 1999, p. 146).

O problema é que a vida humana não é um texto, coerente e capaz de oferecer um caminho seguro ao olhar do historiador, que irá ler suas leis subjetivas através da mãe de todas as ordens, a linguística. Uma maneira de lidar com tais questões chega no seu ápice com a proposta de Robert Darton. Pode-se dizer que até o início dos anos 2000 a metahistória não tinha um referencial metodológico didaticamente explícito até o lançamento do texto desse autor, o *História, eventos e narrativa* onde sintetiza essa sugestão.

Ali nos informa que a análise de incidentes não tem o foco nos eventos em si mesmos, mas na sua concatenação com esforço para encontrar seu significado tanto para as pessoas que os vivenciaram quanto para os que aprenderam sobre eles, ou seja, ‘Ela, portanto, se concentra nos relatos dos acontecimentos, e no modo como eles ecoaram através de vários meios de comunicação’ (DARTON, 2002, p. 303).

Como exemplo Darton demonstra que essa metodologia por assim dizer não é nova e nem mesmo original dele, demonstrando o desenvolvimento da obra do historiador John Brewer e como ele aborda um evento e suas mais variadas versões. O autor diz que esse modo de fazer história supera a microhistória de Giovanni Levi, Carlo Poni, Carlo Ginzburg e Edoardo Grendi e outros tendo em vista que eles se focam em pequenas unidades como



aldeias, onde é possível estudar fenômenos que não podem ser vistos a níveis mais altos de abstração. A análise dos incidentes está em outro nível, porque não pretende reconstruir sistematicamente os mundos sociais,

pois ela se concentra em eventos, procura entender como as pessoas constroem sua experiência, e não o modo como elas se encaixam em estruturas. Na prática, portanto, a análise dos incidentes geralmente estuda os meios de comunicação, a opinião pública, e a memória coletiva. E ela encontra seu material mais rico nas narrativas de catástrofes, do tipo que aparece em jornais e nos processos dos tribunais (DARTON, 2002, p. 294).

O mote está de um lado na reconstrução acadêmica de um evento e do outro a história de sua narração. Como é impossível adotar um olhar que conheça a geração do social, Darton sugere que os historiadores foquem nas formas que se contam histórias sobre um dado acontecimento, de preferência os chocantes.

O método metahistórico condensado por Darton é de um subjetivismo abstrato, que relega ao historiador o papel de descricionista dos discursos sobre eventos que aconteceram. Como a verdade é algo inacessível para ele(s), extirparam assim a crítica da história e a colocaram em um papel similar ao dos positivistas do XIX. Naqueles anos, os historiadores contentavam-se em descobrir fatos e descrevê-los de uma maneira neutra e objetiva, agora devem encontrar um evento, principalmente algum emocionante, saber o que dele se conta e historiar a evolução dessas versões sobre o ocorrido ao longo do tempo.

Mas outras escritas do passado são possíveis e podemos encontra-las numa obra onde seu autor começa se perguntando como se deve articular o particular com o coletivo sem cair nas generalizações da tipificação (LEVI, 2014, p. 8). A resposta parte primeiramente da consideração de que as vidas humanas não são coerentes, não se enquadram em simplificações generalistas que contêm coerências lineares. A contraposição está justamente na abertura de possibilidades, escapando da abstração de que as vidas produzem discursos coletivos que se agrupam em formações coesas e existem por si mesmas à moda platônica, determinando a existência das pessoas de maneira coercitiva e impessoal.

Sobre essa indeterminação, Levi lembra que Wilhielm Dilthey já alertava aos historiadores que ninguém pode imaginar as emoções e as impressões das pessoas, se não tiverem tido, de algum modo, uma expressão objetiva. Assim sendo, a vida das pessoas permanece um mistério porque temos acesso somente a pequenos fragmentos delas através



dos documentos e estas são muito importantes porque contêm pequenas aberturas onde podemos ver pontas do passado.

Para não cair na tipificação, o texto deve ser verdadeiramente um laboratório historiográfico expressando as hipóteses falhas, as lacunas documentais encontradas ao longo de uma pesquisa, as hesitações do pesquisador, enfim, o historiador deve renunciar em sua narrativa aquele narrador onisciente, tão adequado ao naturalismo literário (GINZBURG, 2007, pp. 264-265). A proposição fica justamente na insistência de que a história deve voltar-se para os contextos e que ela tem sim capacidade de estudá-los dentro das suas limitações, sem modelos abstratos e firmando-se na coerência analítica que lhe conduz a crítica.

Assim, a verdade é relativa e dependente dos contextos, que os historiadores têm acesso através das fontes. Na operação historiográfica ela é acionada quando as experiências estudadas solicitam uma interpretação do historiador para que proceda com a devida compreensão não daquilo que de fato se passou, mas como se construiu em dada contextualização ao longo do tempo. A verdade nesse sentido não é natural, capaz de existir por si no mundo, mas localizada nessa relação. Sidney Chalhoub acha estranho a moda relativista de que o estilo da escrita historiográfica dificulta a explicitação de hipóteses, referencial teórico e provas. Diz que

Retórica e prova são dimensões indissociáveis do ofício de historiador. O discurso do historiador é 100% arte narrativa e 100% discurso de demonstração e prova. Mas reconheço que ainda hoje em dia os estudantes de história aprendem a escrever textos destinados a ‘engavetar’ o raciocínio: deve haver a gaveta da relevância do tema, a da discussão bibliográfica, a da análise das fontes, a da conclusão (2006, p. 13).

O autor prossegue nos dizendo que o legado historiográfico do pesquisador deve ser entrelaçado com a pesquisa, esquadrihado seus limites e impasses. Essa aula sobre a indeterminação do texto historiográfico dialoga com os pressupostos defendidos aqui, sem contudo esquecer que a narrativa é arte retórica ancorada em provas, escassas, parciais, indiretas, cheias de problemas, mas provas porque falam de algum contexto, têm vozes que merecem ser ouvidas, devem receber o crédito da nossa escuta, pois falam de algo que se passou – vejam, não é o fetiche de saber o que se passou tal e qual.

Considerações finais



A verdade é objetiva? Não, porque é individual, experimentada pelas pessoas, então uma coisa é vivê-la, outra é falar dela e saber sobre ela. É possível conhecê-la em segunda, terceira ou quartas mãos? Sim, com parcialidade, limitações e esses são problemas que não afligem só os historiadores.

Então onde estão os instrumentos que permitem aos historiadores saber dessas verdades? Nas ferramentas de seu ofício, usinadas em uma longa tradição de pesquisas que avaliam o passado. Essa tradição não pode simplesmente ser jogada no lixo, porque tem muito a dizer.

O status dela não está em sua equiparação com as ciências físicas. Hayden White, Daniel Woolf e Alun Munslow, por exemplo, não pretendem fazer essa equiparação, porque para eles a historiografia hoje está irremediavelmente presa em suas lógicas narrativas. As ciências físicas, porém, é que estão distantes de produzir conhecimentos como os historiográficos, que têm de lidar no fio da navalha com as verdades passadas. Carlo Ginzburg e Giovanni Levi procuram reafirmar a tradição historiográfica de poder avaliar o passado para que, dentre outros tantos fins, não perca de vista sua capacidade de crítica frente ao relativismo.

Referências

- ANKERSMIT, F.R. Historiografia e pós-modernismo. In: Revista **Topói**, Rio de Janeiro, vol. 2, pp. 113-135, março, 2001.
- BATHES, Roland. **Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977**. São Paulo: Cultrix, 2007.
- BARTH, Fredrik (Org.). **Los grupos étnicos y sus fronteras**. Ciudad del México: Fondo de Cultura Econômica, 1976.
- CHALHOUB, Sidney. Sidney Chalhoub, historiador. Entrevista a Ronaldo Pereira de Jesus. In: Revista **Locus**, Juiz de Fora, vol. 12, n. 01, pp. 09-16, 2006.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CORTINA, Arnaldo; MARCHEZAN, Renata Coelho. Princípios geral em linguística. In: Revista **Cadernos de formação: língua portuguesa**, São Paulo, Unesp, pp. 7-17, 2004..
- DARTON, Robert. História, eventos e narrativa: incidentes e cultura do cotidiano. In: Revista **Varia história**, Belo Horizonte, vol. 21, n. 34, pp. 290-304, julho, 2005.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. In: Revista **Tempo**, Niterói, vol. 20, pp. 1-20, 2014.

_____. Os perigos do geertzismo. In: Revista **História Social**, Campinas, n. 06, pp. 137-146, 1999.

MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a história**. Petrópolis: Vozes, 2009.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Ed. UNB, 1995.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de “Etnicidade” na obra de Fredrik Barth. In: Revista **Mana**, Rio de Janeiro, n. 10, pp. 165-192, 2004.

WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. In; Revista **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 07, n. 13, pp. 21-48, 1991.

_____. **El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica**. Barcelona/Buenos Aires/Ciudad del Mexico: Ediciones Paidós, 1992.

_____. The value of narrativity in the representation of reality. In Revista **Jstor**, Chicago, vol. 07, n. 01, pp. 5-27, 1980.

WOOLF, Daniel. **Uma história global da história**. Petropolis: Vozes, 2014.

Processo judicial do Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Acre

Processo número 4060 de 1953.